

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

585



PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 23

# 585

PAULO ALMEIDA FERNANDES

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

---

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA  
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO  
Edifício Diogo Cão, Docas de Alcântara Norte  
1350-352 Lisboa  
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312  
Email: [coleccoes@publico.pt](mailto:coleccoes@publico.pt)  
loja online: [www.loja.publico.pt](http://www.loja.publico.pt)  
[www.publico.pt](http://www.publico.pt)

TINTA-DA-CHINA  
Rua Francisco Ferrer, 6A  
1500-461 Lisboa  
Tels: 21 726 90 28 | 29  
E-mail: [info@tintadachina.pt](mailto:info@tintadachina.pt)  
[www.tintadachina.pt](http://www.tintadachina.pt)

Título: *Portugal, uma retrospectiva: 585* (vol. 23)  
Direcção: Rui Tavares  
Autor: Paulo Almeida Fernandes  
Revisão: GoodSpell  
Assistência à coordenação científica: Maria Carla Araújo  
Composição: Tinta-da-china  
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares), a partir  
de fotografia de estátua representando o rei Leovigildo  
na Plaza de Oriente, Madrid (Wikimídea Commons).

1.ª edição: Novembro de 2019

ISBN 5602227309529-000023  
Depósito Legal 462085/19

*Em 585, a Península Ibérica «unifica-se» de novo, desta vez sob o reino dos visigodos (chegados a este lado dos Pirenéus como confederados do Império Romano), liderado por Leovigildo. Mas o que significa «de novo» no quadro de uma coleção retrospectiva? Este «de novo» pode ser entendido de duas formas: a Península unifica-se de novo, sob os visigodos, após a queda do Império Romano que a tinha «unificado» anteriormente; e esta unificação é apenas mais uma de várias que estudámos já nos anteriores volumes desta coleção, parciais ou completas, como a do califado de Córdoba em 929, ou mesmo a Filipina entre 1580 e 1640. Só que, tal como noutras ocasiões passadas e futuras, esta unificação esconde uma enorme diversidade, conforme nos explica neste ensaio Paulo Almeida Fernandes.*

*A unificação visigótica da Península Ibérica esconde um profundo cisma religioso entre o arianismo antes predominante (os arianos acreditavam na «profecia» de um Jesus Cristo humano e não divino) e a futura ortodoxia nicena, a que viríamos a chamar mais tarde «catolicismo». Esconde também diferenças étnicas e culturais entre os herdeiros da Hispânia romana nas suas diversas províncias, onde se incluíam a Lusitânia e a Gallaecia no território hoje português, bem como os povos germânicos — como os suevos, que tinham o seu reino independente no noroeste peninsular. Sob esta unificação, duas monarquias fulgurantes apoderam-se rapidamente de territórios, mas logo de seguida sucumbem perante a fragilidade das suas figuras liderantes. E ao mesmo tempo, para*

*completar esta heterogeneidade, no sudeste da Península existem várias colónias «bizantinas» — do império romano do oriente — e um pouco por todo o território podem encontrar-se pagãos rurais e comunidades judaicas.*

*Esta é uma época misteriosa, é justo dizê-lo. A falta de fontes para um período de mais de meio século no reino suevo, último resistente aos visigodos no noroeste da Península, onde hoje é a Galiza e o norte de Portugal, obriga-nos a falar de uma «época obscura» para estas regiões no início do século VI. Os documentos de Idácio de Chaves, Martinho de Dume ou Isidoro de Sevilha dão-nos uma visão necessariamente parcelar desta época de transição entre a Antiguidade e a Idade Média. A arqueologia tem ajudado a revelar muito do que hoje conhecemos acerca deste período, mas a cada nova descoberta mais e mais perguntas ficam por responder. E é aqui que uma cidade que viria a ser portuguesa, Braga, adquire predominância como grande capital religiosa e política no território antes suevo e agora na rede de dioceses visigóticas. Será que foi aqui também que o latim se começou a transformar no substrato que viria a dar origem, séculos mais tarde, à língua que hoje falamos, um galego tornado português?*

*Por mais desconhecida que possa permanecer, esta época não deixa de ser estruturante na forma como nos transferiu, transformando-o, o legado do mundo romano, a implantação do cristianismo e o lugar da Península como plataforma de transição entre a Europa ocidental, o norte de África e o Mediterrâneo, século e meio antes de as duas margens deste mar começarem a ficar separadas entre cristãos e muçulmanos.*

—RUI TAVARES

---

## ÍNDICE

<b>1</b>	A ilusão de unidade	9
	<i>Como sabemos aquilo que julgamos saber sobre esta época</i>	14
	<i>Heterogeneidade de uma Península Ibérica a várias velocidades</i>	17
<b>2</b>	O tempo dos suevos: narrativa de um reino	26
	<i>A emergência de uma monarquia fulgurante</i>	26
	<i>A fase ariana</i>	34
	<i>São Martinho de Dume e a conversão ao catolicismo da família real sueva</i>	35
	<i>Braga: evolução de uma cidade «capital», sede régia e metrópole eclesiástica dos suevos</i>	45
<b>3</b>	O tempo dos visigodos	55
	<i>O último imperador romano na Hispânia</i>	55
	<i>O «intervalo ostrogodo»</i>	59
	<i>«Gloria patri per filium in spiritu sancto»: o tempo de Leovigildo e o apoio ao arianismo</i>	63
	<i>Hermenegildo: o primeiro rei de Sevilha</i>	73
<b>4</b>	Ambições de um tempo efémero	79
	<i>«Tómoulhe Leonaigildo o reyno e meteuh em o senhorio dos Godos»: a anexação do reino suevo</i>	79

<i>O Tercero Concílio de Toledo e a unificação religiosa</i>	
<i>sob o reinado de Recaredo</i> —————	83
<i>Conímbriga e Coimbra: transferência diocesana para um</i>	
<i>reino unificado?</i> —————	88
<i>O último século visigótico: dispersão e autodestruição</i> ———	91
Cronologia—————	95
Notas—————	99
Bibliografia—————	100
Nota biográfica—————	103



---

## **A ILUSÃO DE UNIDADE**

Em 585, o reino visigótico comandado por Leovigildo venceu Audeca, o último monarca suevo. Este facto, que à partida não passaria do desfecho de uma guerra entre reinos bárbaros — dos muitos conflitos que existiram entre distintos povos de origem germânica instalados na Europa ocidental durante a alta Idade Média —, significou, afinal, um feito notável: era a primeira vez que a Península Ibérica se unificava politicamente, depois da desagregação do império romano do ocidente. E era também o ponto final num antagonismo entre dois blocos bárbaros que se enfrentavam desde há mais de um século, e cujo primeiro capítulo havia sido escrito nos tempos em que os visigodos estavam ainda instalados no sul da Gália (sobretudo na província romana Narbonense) e atuavam na Península Ibérica como federados dos romanos.

Essa unificação, na verdade, foi apenas simbólica e revelou-se ilusória a vários níveis. No sudeste do território, permanecia um conjunto mais ou menos desconexo de tropas bizantinas, que os visigodos haveriam de eliminar de forma definitiva somente no ano de 625. No plano interno, os sucessos bélicos de 585 ofuscavam fraturas profundas no seio da elite dirigente visigótica, que resultaram em movimentos militares e complexas alianças internacionais. No início da década de 80, Hermenegildo, um dos filhos que o rei Leovigildo já havia associado ao trono, converteu-se ao catolicismo. Uma tal decisão, que se poderia



Rei Leovigildo, escultura de Felipe del Corral, 1750  
(Madrid, Plaza de Oriente).

considerar unicamente de natureza pessoal, revestiu-se de maior complexidade e motivou um sangrento conflito entre pai e filho, cujo desfecho acabou por ser trágico. O que não era mais do que uma contenda no seio da família real e da nobreza liderante do reino veio a revelar-se um problema de coesão interna do Estado difícil de resolver, que envolveu forças militares externas. O resultado da revolta católica de Hermenegildo aconteceu precisamente em 585, ano em que o monarca mandou executar o rebelde. Ou terá sido Recaredo, o príncipe herdeiro, a fazê-lo. Com esta medida drástica, Leovigildo alcançava vários objetivos. O reino estava seguro, as ambições autonómicas de fações regionais não alinhadas com a política do soberano haviam sucumbido, a latente aliança de alguns destes setores com os bizantinos estava afastada e o arianismo triunfara como «religião de Estado». No entanto, escassos anos depois, as fraturas então abertas haveriam de ditar a ruína da heterodoxia ariana e, em pouco tempo, o reacendimento de antigas divisões na nobreza visigótica e na aristocracia hispano-romana.

O que ocorreu em 585 foi muito mais do que a união ibérica bárbara sob uma mesma coroa e a execução de um príncipe por motivos de Estado. Dois anos depois, já desaparecido Leovigildo, o rei Recaredo, a família real e a respetiva corte mais próxima aderiram ao catolicismo, pondo fim à divisão religiosa que vigorava há séculos, sobretudo entre arianos e católicos, não obstante terem existido outras heterodoxias que se manifestaram de forma mais ou menos efémera na alta Idade Média peninsular. A unificação religiosa da corte (não necessariamente da massa heterogénea que formava o coletivo de habitantes da Península Ibérica naquele século VI) abriu caminho à plena união entre monarquia e Igreja, associação «institucionalizada» no Terceiro Concílio de Toledo. Esta reunião magna da hierarquia religiosa visigótica, que contou com o patrocínio do monarca, realizou-se

em 589 e marcou a grande progressão da estrutura eclesiástica à sombra da monarquia, afirmando-se a Igreja nas principais cidades provinciais e os bispos no seio da sociedade de então.

Os sucessos de 585 tiveram ainda uma dimensão pretensamente étnica. Mas também neste campo o otimismo que as fontes deixam antever terá sido ilusório e de curta duração. Foi a partir do Terceiro Concílio de Toledo que começou a aparecer grafado o termo *gens gothorum*. Apesar das dúvidas que esta expressão motivou a vários historiadores, nos contextos em que foi usada pretendeu referir-se aos grupos de elite hispano-romana, sueva e visigótica que, sob a liderança de Recaredo, *princeps christianus*, liderou um povo supostamente unido pelos mesmos ideais. A bondade desta conceção ideológica é manifesta e resulta de um momento autoafirmativo de apogeu. A impressionante lista de monarcas toledanos que se sucederam no século VII, e especialmente os muitos regicídios que determinaram essa vertiginosa série, provam que raramente os núcleos aristocráticos de hispano-romanos e nobiliárquicos suevo e visigótico estiveram em sintonia.

A partir da segunda metade da década de 80 do século VI, a Península Ibérica «unificou-se» política e religiosamente. A monarquia visigótica atingiu o seu auge no reinado de Recaredo, e a Igreja prosperou sob a sua proteção. Até 603, ano em que foi deposto Liúva II, filho de Recaredo, registaram-se 20 anos de afirmação da figura do rei, da sua corte e de uma Igreja pujante, alimentada por uma crescente rede diocesana e por um aparato doutrinal digno de nota. Foi um período efémero, de ilusória homogeneidade, porque o reino continuou ameaçado por divisões internas e por pressões, e até intromissões, externas. A eletividade da monarquia, imposta sobretudo a partir de meados do século VI e que tornava a sucessão estável por via patrilinear um desígnio quase impossível de alcançar, continuou

a ser um eixo demasiado evidente de fragilidade, a que se juntaram dificuldades de relacionamento entre grupos bárbaros e hispano-romanos, debilidades fiscais e militares e uma contínua desagregação do mundo herdado do império romano. Uma tal composição do Estado visigótico gerou constantes rivais que disputaram o trono, recorrendo, para tal, a grupos específicos de insatisfeitos, como os bascos e os cântabros, ou mesmo a forças exteriores ao reino, como os francos e os bizantinos.

Depois do ano de 603, o reino de Toledo entrou num arrastado declínio, fruto sobretudo das constantes divisões entre o rei e a alta nobreza. Em apenas cem anos houve tantos monarcas como nos dois séculos anteriores. Pelo contrário, a Igreja continuou a florescer, graças à sua bem organizada estrutura, chegando os concílios de Toledo a depor monarcas. No início do século VII, ainda se vislumbraram alguns horizontes arianos, graças à ação do rei Viterico, mas a marcha de afirmação da Igreja católica parecia imparável. Em 633, pela primeira vez um monarca visigótico foi deposto por um concílio de bispos. Naquela reunião magna, que contou com a presença de 68 preladados, os representantes da estrutura eclesiástica, comandados por Isidoro de Sevilha, definiram os pressupostos para a eleição dos próprios reis, numa tentativa de inserir um óbvio elemento de bom senso nas ambições por vezes desmedidas dos grandes nobres. Era a prova de que Igreja era já a mais poderosa instituição do reino, estatuto que manteve até ao fim dos dias dos monarcas de Toledo, avassaladoramente dominados pela invasão muçulmana iniciada em 711.

## COMO SABEMOS AQUILO QUE JULGAMOS SABER SOBRE ESTA ÉPOCA

As fontes escritas conservadas do tempo de suevos e visigodos permitem contar duas histórias: a da monarquia e a da Igreja. O essencial do registo escrito que chegou até aos dias de hoje é de natureza eclesiástica, e uma parcela menor é de produção régia, sendo evidente que se trata de uma ínfima parte do que foi então realizado. O exercício da dúvida metódica sobre estes elementos questiona a ideologia subjacente aos relatos e aos diplomas, o seu carácter literário, que facilmente transformou ideias em tópicos historiográficos com conotações com a Antiguidade clássica e tardia e até as inúmeras interpolações a que os documentos foram sujeitos ao longo da baixa Idade Média.

A principal fonte escrita para conhecer a chegada e os primeiros tempos dos povos ditos bárbaros é a crónica de Idácio de Chaves, intitulada *Continuatio chronicorum Hyeronimianorum*. Abarca o período compreendido entre os anos 379 e 468, e a sua leitura não pode dissociar-se da profunda romanidade do seu autor, acérrimo inimigo dos suevos mas obrigado a conviver no mesmo espaço. Para o reino visigótico, a obra de referência é a *Historia gothorum*, de Isidoro de Sevilha, que recolhe notícias desde as origens dos visigodos até ao reinado de Suintila, embora tenha sido dedicada ao rei Sisenando. Isidoro de Sevilha escreveu também uma *Historia suevorum*, que complementa em muitos aspetos o texto de Idácio. Para os anos finais do reino visigótico, subsiste a *Continuatio hispana*, obra redigida já depois da invasão islâmica de 711 (razão pela qual também é conhecida por *Chroniza mozarabica*) e que reúne os acontecimentos ocorridos nas últimas décadas do reino de Toledo. A quinta obra de referência é a crónica de Gregório de Tours, cuja edição se encontra sob o título *Historiae Francorum y Miracula et Opera Minora*.

Estas fontes globais são complementadas por outros contributos mais específicos, mas igualmente decisivos. A coletânea *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, editada por José Vi-ves em 1963, é a fonte primária para conhecer as atas conciliares que chegaram até aos dias de hoje. O *Paroquial suévico* é o principal registo do episcopado suevo, e a sua mais completa edição continua a ser a de Pierre David, embora seja também importante o trabalho que Armando de Almeida Fernandes consagrou a este documento. Ainda no campo eclesiástico, subsistem a obra de São Julião de Toledo dedicada à *Historia Wamba regis*; a coletânea biográfica designada por *Vitas sanctorum patrum emerretensium*, escrita por Santo Isidoro de Sevilha e Santo Ildefonso de Toledo; a *Chronica Iohannis abbatis monasterii biclarensis*, sinteticamente conhecida por *Crónica de João de Bicláro*, e na qual o autor recolheu informações relativas aos anos 567 a 590; e a *Vita Sancti Fructuosi*, dedicada à vida e obra de São Frutuoso de Montélios. Existe também um conjunto impressionante de correspondência trocada entre bispos, de que se destaca o *Epistolario de San Braulio de Zaragoza*, composto por 44 cartas, bem como cópias de documentação litúrgica, essencial para caracterizar a singularidade das liturgias hispânicas. Para o futuro território português é ainda fundamental a obra doutrinária de Martinho de Dume.

Este brevíssimo arrolamento revela um acervo relativamente grande de fontes, que primam, contudo, pela dispersão e pela sua natureza ideológica diversa. À margem do âmbito religioso, merece destaque o *Liber Iudicorum*, o grande código legislativo instituído no reinado de Recesvinto.

O carácter parcelar das fontes escritas, bem como a obrigatoriedade de escrever história baseada em hipóteses de discutível grau de fiabilidade determinam que o discurso deste contributo assente, a maior parte das vezes, no uso do passado

condicional, porque parte considerável do que se pensa conhecer é provisória, é verosímil, mas de difícil certificação por mais do que uma fonte.

O tradicional registo escrito não é a única fonte de conhecimento sobre este período. Nas décadas mais recentes, os contributos da história da arte, da arqueologia, da numismática e da epigrafia têm ampliado o saber sobre este tempo e até suplantado largamente as informações autorizadas apenas pela documentação.

No que ao território português diz respeito, importa salientar algumas linhas de investigação que se têm afirmado recentemente. Por exemplo, a arte visigótica é objeto de um amplo debate historiográfico e ainda longe de consensual. Depois de, nos anos centrais do século XX, ter sido caracterizada como uma faceta da cultura visigótica de grande brilhantismo, desde a década de 1990 que vários trabalhos têm contrariado essa ideia, assumindo que parte considerável do espólio escultórico catalogado como sendo da época visigótica pode, afinal, corresponder a produções moçárabes. Na verdade, existem centenas de fragmentos que apareceram de forma descontextualizada relativamente aos seus locais de origem, e como materiais reaproveitados em construções posteriores; além disso, não têm surgido muitas destas peças em contextos arqueológicos definidos, que possam servir de paralelo. Salientam-se, em todo o caso, os núcleos emeritense e bejense como os mais característicos deste período, embora apresentem dúvidas relativamente à catalogação de numerosas realizações.

No campo da arqueologia, os contributos têm sido mais esclarecedores: conhece-se a cidade de Recópolis, fundada pelo rei visigótico Leovigildo, e também a estação da Falperra, onde se instalou a monarquia sueva. As escavações aí realizadas há mais de 40 anos têm vindo, mais recentemente, a ser reavalia-



das, dando origem a publicações de maior rigor científico. A arqueologia tem também atuado com grande impacto em Mértola, cidade que deu a conhecer impressionantes materiais construtivos dos séculos V e VI, e em Braga, onde é já possível caracterizar de forma global este período, bem como esclarecer as fases de evolução das igrejas de São Martinho de Dume ou de Meinedo. Outro tema relevante abordado por arqueólogos é o da catalogação de peças em museus e coleções privadas, onde se incluem os abundantes objetos de adorno, que singularizam as necrópoles visigodas.

Finalmente, alvo de novas abordagens foi igualmente o registo epigráfico, salientando-se os núcleos de Mértola (longamente conhecido e estudado), o do município romano olisiponense, e o da cidade de Conímbriga, a par de outras peças que têm aparecido em escavações arqueológicas. E também as emissões monetárias foram objeto de renovado interesse — as cunhagens de moeda revelam o monarca a escrever na primeira pessoa. Nesse sentido, ganharam particular importância as inscrições que acompanham algumas emissões específicas, como as que Recaredo cunhou no Alto Minho, depois da anexação do reino suevo, ou as *siliquae* de Requiário, que podem constituir um primeiro indício da capitalidade de Braga para aquele soberano suevo.

## HETEROGENEIDADE DE UMA PENÍNSULA IBÉRICA A VÁRIAS VELOCIDADES

Não obstante a escassez de fontes e a pouca expressividade do registo arqueológico e artístico, é possível descrever a comunidade de habitantes da Península Ibérica durante a vigência dos reinos suevo e visigótico como um coletivo necessariamente heterogéneo. À partida evidente, esta conclusão tem um sentido

bastante profundo para a caracterização que é hoje possível fazer dos séculos IV a VIII e das dinâmicas evolutivas de um território imenso e sujeito a diferentes níveis de romanização, germanização e/ou cristianização.

Em primeiro lugar, há que tentar perceber como atuaram as etnomigrações bárbaras no solo peninsular. As bolsas de povoamento bárbaro (vândalo, suevo e visigótico) privilegiaram diferentes cenários ao longo de mais de dois séculos e meio de permanência. Em relação ao reino suevo, que mais diretamente se relaciona com o futuro território português, os primeiros tempos parecem ter-se caracterizado por uma deliberada instalação no mundo rural, a partir do qual lançavam ataques sobre a população hispano-romana. Na Gallaecia da primeira metade do século V registaram-se dois poderes paralelos: por um lado, a elite sueva organizada em reino; por outro, os núcleos urbanos de população romana, que mantiveram relativa autonomia face aos bárbaros e chegaram mesmo a enviar delegados às autoridades imperiais da Gália e à corte visigótica de Toulouse, queixando-se das ações dos suevos. Só a partir de meados do século V, com a total ruína das estruturas imperiais, é que os suevos se terão aproximado das cidades e, em particular, de Bracara Augusta, que acabaria por se tornar a sua capital. A partir daí, a aristocracia hispano-romana terá sentido que a corte sueva era confiável e registou-se uma progressiva convivência entre ambas. Mesmo assim, na Páscoa de 460, parte importante da elite dirigente hispano-romana da cidade de Lugo foi morta pelos suevos, naquele que constituiu um caso dramático de intolerância e beligerância de um grupo bárbaro militarmente dominante sobre uma população maioritariamente indefesa.

As formas de assentamento visigótico parecem ter sido menos fraturantes para com a população local. Quando chegaram à Península Ibérica, os visigodos eram agentes federados do

império romano e estavam já longamente instalados na Gália, onde conviviam com importantes cidades e uma cultura plenamente tardo-romana. A sua passagem à Península Ibérica — por um lado aproveitando a implosão do império, por outro fugindo à pressão de francos e burgúndios — ter-se-á pautado por um relacionamento tendencialmente pacífico com a população hispano-romana. Contudo, é um facto que a ocupação da província Tarraconense se fez por ação militar, e que Tarragona terá mesmo sido tomada pela força, após o cerco. No entanto, escassos anos antes, Mérida terá sido ocupada para conter o expansionismo suevo, e as autoridades visigóticas aí instaladas promoveram melhorias significativas na cidade, como a renovação das muralhas e, mais importante, o restauro da ponte romana. Esta última ação, que ficou eternizada por uma inscrição comemorativa, parece ter-se feito também em paralelo com as autoridades religiosas da antiga capital da Lusitânia, o que aponta para um efetivo grau de entendimento entre os novos senhores e os antigos e mais instalados poderes.

A noção de diferença entre comunidades hispano-romanas e bárbaras era muito profunda naquele tempo, a ponto de o casamento misto ter sido juridicamente aceite apenas no século VI, durante o reinado de Leovigildo, mais de século e meio depois de os bárbaros terem atravessado o *limes* e de se terem instalado na Península Ibérica. Os casamentos mistos, que chegaram a ser punidos com pena de morte, são apenas um exemplo da discriminação étnica existente no ordenamento jurídico de quase todos os reinos. Questões de propriedade, autoridade, fiscalidade e ascensão social foram também matérias legisladas pelos diferentes Estados alto-medievais da Europa ocidental, que pretendiam afirmar a supremacia das minorias bárbaras dirigentes perante a maioria de população de herança romana.

A diferenciação entre os dois blocos populacionais predominantes tinha uma dimensão fiscal que potenciava a conflitualidade. No século IV, enquanto os bárbaros eram agentes federados e usufruíam de acordos de permanência dentro do *limes* em condições bastante vantajosas, os habitantes que permaneciam vinculados à autoridade imperial eram carregados de impostos. Relata o cronista Paulo Orósio que a situação era de tal maneira grave, que alguns romanos preferiam ser pobres e livres em território dominado pelos bárbaros a continuar em áreas imperiais, empobrecendo à custa da carga fiscal: «Pouco depois os bárbaros trocaram a espada pelo arado e trataram os romanos que ali permaneceram como parceiros e amigos, de modo que entre eles se encontram alguns que preferem a liberdade com pobreza entre os bárbaros à inquietude e ao pagamento dos tributos entre os da sua raça.»<sup>1</sup> Estava-se, então, no final do império romano, e a máquina de Estado tornava-se cada vez mais pesada para os cidadãos romanos, que optavam por se encerrar nas suas *uillae*, em vez de continuarem empenhadamente convictos na gestão das cidades.

Apesar desta legislação, a comunidade dita hispano-romana era tudo menos homogénea. Enquanto nos meios urbanos avultava uma população romanizada e plenamente ajustada ao gosto de vida cidadão, e que beneficiava de uma rede comercial ainda imperial, no campo habitavam grupos rústicos, mais próximos de um paganismo natural, contra o qual São Martinho de Dume haveria de escrever um dos seus mais célebres opúsculos, o *De correctione rusticorum*. Num cenário de diluição das estruturas imperiais e perante uma elite bárbara que não conseguiu chegar a todos os cantos da Península ao mesmo tempo nem com a mesma intensidade, algumas comunidades ficaram praticamente independentes, vivendo em verdadeira autarcia, ou seja, auto-governando-se. E não se pense que essas eram somente

unidades residuais de povoamento, longinquamente instaladas em áreas montanhosas ou em geografias demasiado afastadas de meios citadinos. A cedência tranquila de poder em Lisboa, no ano de 468 ou 469, parece ser elucidativa a esse respeito: a comunidade urbana de Felicitas Iulia Olisipo (como Lisboa era denominada em época romana) estava entregue a si própria, indefesa por tropas imperiais ou federadas, e, liderada por Lusidius, um seu destacado membro, depositou pacificamente o poder nas mãos de um senhorio mais forte: o reino suevo.

O que ocorreu em Lisboa admite uma outra linha de interpretação neste tempo de transição da Antiguidade tardia para a alta Idade Média: a de que a aristocracia de origem romana não só sobreviveu muito para além do expectável após o fim do império, como manteve notória coesão social, sobretudo em meios urbanos. Em Conímbriga, sabe-se que as primeiras fórmulas cristãs ocorreram ainda no século IV, pela transformação da casa nobre de um cidadão de nome Cantaber; o mesmo nome teve o bispo conimbrigense que esteve presente no Concílio de Mérida, celebrado em 666. Ou seja, é possível admitir que, durante dois séculos, a família Cantaber tenha detido uma posição social liderante em Conímbriga, não obstante as mudanças de poder nominal entre suevos e visigodos, entre arianos e nicenos.

As formas civilizacionais romanas ultrapassaram largamente a alta Idade Média. Como reconheceu Cláudio Sánchez Albornoz, em inícios do século X as populações rurais das zonas de Lugo e de Santiago de Compostela pagavam um estranho imposto ao rei Ordonho II: o *tributum quadragesimale*, fórmula que, apesar de alterada, sobreviveu durante quase dez séculos no noroeste peninsular e atravessou quatro regimes...

Outro motivo de discórdia entre as comunidades hispano-romanas e os novos senhores bárbaros foi a religião. Quase todos os reinos alto-medievais passaram por um largo período de

convicta militância ariana e só paulatinamente se aproximaram do catolicismo, ou daquilo a que se chamava, naquele tempo, a ortodoxia nicena. O arianismo era um elemento identitário dos povos bárbaros. A sucessiva adesão de reis suevos e visigóticos a esta corrente cristã (catalogada como heterodoxa, pela vitória do catolicismo ao longo das plena e baixa Idade Média) não era apenas uma questão religiosa: era um elemento agregador dos seus súbditos e dos nobres que os comandavam. À distância de 15 séculos, é motivo de espanto o facto de se terem identificado tantos e tão diferenciados agentes bárbaros a promover o arianismo, mas a razão encontra-se na dimensão identitária dos respetivos povos, que ultrapassa a questão estritamente religiosa.

O arianismo duvidava da divindade de Cristo, considerando-o uma figura de natureza humana da Santíssima Trindade. Para Arius (ou Ário), presbítero e asceta da Alexandria que difundiu esta corrente entre os finais do século III e os inícios da centúria seguinte, Jesus era filho de Deus, mas não o próprio Deus. Esta interpretação implicava que Cristo estava submetido a Deus e não podia equivaler-se ao Criador. Esta negação da consubstancialidade entre Pai e Filho integrou o cardápio evangelizador de Ulfila, um homem da Ásia Menor cristianizado por volta de 341, e que foi missionário do imperador romano do oriente, comumente apontado como o apóstolo dos bárbaros. Pela sua ação junto das cortes dos povos que viviam junto ao *limes* romano, quando suevos e visigodos se instalaram dentro das fronteiras do império, os seus chefes eram já cristãos, mas arianos.

O processo evangelizador dos povos bárbaros foi paralelo à condenação oficial da interpretação ariana, formalmente realizada no Primeiro Concílio de Niceia (hoje Iznik, cidade situada na Turquia). Nessa reunião magna do episcopado, celebrada em 325 e presidida pelo bispo Ósio, de Córdova, a maioria dos prelados pronunciou-se a favor de uma dupla natureza de Jesus (humana

e divina), o que fazia com que Cristo fosse simultaneamente Deus e seu filho. Depois de um mês de discussão, o arianismo foi considerado herético e Ário excomungado e desterrado para a Ilíria, juntamente com os dois bispos que o apoiaram até ao final do concílio. Esta decisão radical não significou o fim do arianismo, pois muitos bispos que não haviam estado presentes em Niceia continuaram a pôr em prática interpretações arianas. Ainda que não se saiba ao certo quantos prelados assistiram à assembleia, crê-se que o seu número (seguramente mais de 250) representaria um quarto da totalidade de dioceses já existentes no império romano. Por outro lado, alguns bispos que decretaram o caráter herético do arianismo fizeram-no por razões estratégicas e, findo o concílio, continuaram a difundir a sua visão hererodoxa. Um deles, seguramente o mais importante, foi Eusébio de Nicomedia, primeiro bispo de Berito (atual Beirute), depois de Nicomedia, e finalmente de Constantinopla. Foi ele que ordenou o bispo Ulfila, o verdadeiro evangelizador dos godos.

A oposição religiosa entre hispano-romanos e bárbaros está presente em grande parte do registo cronístico da alta Idade Média e é um dos temas mais bem conhecidos deste período. A razão é evidente: quase todos os documentos escritos que se conservam desta época são da responsabilidade de membros da Igreja. Nomes como Idácio de Chaves, João de Bícclaro ou Santo Isidoro de Sevilha são alguns dos expoentes máximos, mas também os cânones conciliares e a correspondência epistolar se inscrevem neste grupo de fontes, o que leva a que a dimensão religiosa da história de suevos e de visigodos possa estar (e está seguramente) sobrevalorizada perante outros aspetos da trajetória destes povos, dos quais apenas se conservam indícios.

Uma última dimensão que importa valorizar, e que evidencia a diversidade que caracterizou a Península Ibérica entre os séculos V e VIII, diz respeito a outra categoria operativa tão

cultivada por historiadores: as noções de «centro» e de «periferia». Este tema revela-se importante porque, quando se inicia o século VIII, nas vésperas da invasão muçulmana, os centros nevrálgicos peninsulares eram substancialmente diferentes daqueles que existiam três séculos antes, quando os povos bárbaros se começaram a instalar em solo hispânico. Embora as principais cidades romanas tenham conservado parte do seu papel liderante, registaram-se curiosas alterações regionais. Nos inícios do século V, a Península Ibérica tinha cinco capitais, a que correspondiam outras tantas províncias: Lugo (Gallaecia); Mérida (Lusitania); Tarragona (Tarraconense); Sagunto (Cartaginense) e Sevilha (Bética). Três séculos depois, as cidades mais importantes eram: Braga, que havia sido capital do reino suevo; Toledo, capital do reino visigótico; e Carthago Spartaria (atual Cartagena), que havia sido a cidade mais importante dos territórios bizantinos. Em termos religiosos, três antigas capitais romanas mantinham o estatuto de sedes metropolitanas: Sevilha, Mérida e Tarragona. É possível que Lugo ainda tenha sido metropolita da Gallaecia na primeira metade do século V, pois um bispo lucense foi assim nomeado em 433, mas antes da primeira metade da centúria parece que a sede da Igreja provincial estabilizou em Braga, na figura do prelado Balcónio. Outras alterações mais ténues ter-se-ão registado no panorama eclesiástico. No noroeste, Braga afirmou-se como a sede mais importante, dispondo de dioceses próximas que funcionaram como satélites durante largos períodos: Dume, Tui e Porto. Por outro lado, Conímbriga perdeu importância em benefício de Coimbra (Aeminium). Outras cidades sofreram também a «concorrência» de sedes episcopais próximas: Córdova em relação a Sevilha; Barcelona (Barcino) em relação a Tarragona; e até Elche em relação a Cartagena.

Este quadro sumário de mudanças tem justificação na ação política dos reinos que protagonizaram a história peninsular na



alta Idade Média, e na instalação voluntária ou promovida por parte de contingentes mais ou menos homogêneos de bárbaros em zonas rurais, como ocorreu, por exemplo, em torno do vale do Douro, no que veio depois a ser conhecido como Campos Góticos, ou ainda com os primeiros grupos de suevos, que se instalaram em áreas rurais da Gallaecia. O principal motivo subjacente a estas alterações foi, no entanto, de natureza eclesiástica: a multiplicação de sedes episcopais foi fundamental para o incremento da vida urbana e para a perpetuação de linhagens hispano-romanas. Parece mesmo ter sido a decadência destas estirpes a determinar a marcha evolutiva de algumas cidades, num mundo urbano em que os antigos edifícios da cultura romana eram votados ao abandono, por perda de funcionalidade, reaproveitados como pedreiras, ou reconduzidos para outros fins, sobretudo relacionados com a emergência de uma topografia plenamente cristã.

---

## NOTA BIOGRÁFICA

PAULO ALMEIDA FERNANDES (Lisboa, 1974) doutorou-se em História da Arte pela Universidade de Coimbra (2017), com a tese *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa pelo actual centro de Portugal (séculos VIII-X)*, tendo concluído mestrado em Arte, Património e Restauro (2002) e licenciatura em História, Variante de História da Arte (1997) na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Membro integrado do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património (Universidade de Coimbra) e colaborador do Instituto de Estudos Medievais (Universidade Nova de Lisboa), tem centrado a sua investigação na história da alta Idade Média, nos «caminhos de Santiago» em Portugal e na história de Lisboa. Foi relator da proposta para a inclusão dos Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela na lista indicativa de Património Mundial apresentada por Portugal (2015).

portugal, uma retrospectiva

**585**

foi impresso na SIG,  
Sociedade Industrial Gráfica,  
no mês de Outubro  
de 2019.